



Fórum Administrativo – FA

Belo Horizonte, ano 15, n. 170, abr. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ Advocacia pública preventiva de demandas judiciais através dos agentes setoriais da Procuradoria-Geral do Estado
Alexsandro Juvencio Leopoldo
- ◆ Greve nos órgãos de segurança estaduais e as medidas coercitivas para garantir o retorno ao trabalho
Alisson de Bom e Souza
- ◆ A árdua missão do procurador de identificar e defender o interesse público
Cláudio Henrique de Oliveira
- ◆ Princípio da moralidade administrativa
Juarez Freitas
- ◆ Empresas estatais constituídas para o exercício de poder de polícia
Rodrigo Pagani de Souza
- ◆ Reflexões sobre o dever constitucional da justa indenização nas desapropriações
Virgínio Borges Piauilino

Direto ao Ponto

- ◆ Improbidade Administrativa – Enriquecimento ilícito presumido do Agente Público (art. 37, §4º, CF; art. 9º, caput e inc. VII, Lei nº 8.429/92)
Sebastião José Lessa

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- ◆ Anuidade e Contribuição Sindical

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ **Supremo Tribunal Federal**

Ação direta de inconstitucionalidade – Funções inerentes ao cargo de Procurador do Estado – Cargo de provimento em comissão – Usurpação de atribuições privativas reservadas a Procuradores do Estado e do Distrito Federal – Significado e alcance da norma inscrita no Art. 132, CF/88 – Exclusividade e intransferibilidade a pessoas estranhas ao Quadro da Advocacia de Estado das funções constitucionais inerentes ao cargo

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Mandado de segurança – Processo Administrativo Disciplinar (PAD) – Comissão Processante integrada por servidor em estágio probatório no cargo de Auditor Fiscal – Arts. 149 e 150, da Lei nº 8.112/90 – Garantia ao investigado e aos membros da Comissão de atuar independente e imparcialmente – Membro que ocupava anteriormente o cargo de Oficial das Forças Armadas – Art. 142, §3º, II, da CF/88 – Ausência de previsão de recondução ao cargo em caso de reprovação no estágio probatório – Nulidade absoluta verificada

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Improbidade administrativa – Conduta libidinosa perante pacientes sedados – Agente contratado por fundação pública – Administração pública indireta – Responsabilização – Art. 11, da Lei nº 8.429/92 – Exigência da preservação de valores de uma Administração proba – Existência de indícios da prática de ato de improbidade – Desnecessidade de uma análise mais profunda para regular trâmite processual

◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Concurso público – Classificação dentro do número de vagas – Cargo de médico – Medicina de urgência – Ausência de certificado na área de atuação – Medida liminar que deferiu a nomeação cassada – Não cumprimento do comando judicial por inércia da Administração – Posse e efetivo exercício por vários anos – Excepcionalidade do caso – Aplicação da teoria do fato consumado – Comprovada experiência na área de medicina de urgência em razão do decurso do tempo – Desconsideração dos fatos supervenientes – Prejuízo à candidata, Administração Pública e população usuária do serviço de saúde pública

◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

Responsabilidade civil do Estado – Danos materiais – Acidente de veículo em rodovia federal – Negligência do DNER/DNIT – Omissão específica – Incidência da responsabilidade objetiva – Desconto dos valores a título de seguro obrigatório do montante da indenização – Possibilidade – Súmula nº 246, STJ

◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Administrativo – Constitucional – Ação de ressarcimento de danos ao Erário – Prescrição – Art. 37, §5º, CF/88 – Interpretação restritiva – Excepcionalidade da imprescritibilidade no sistema jurídico – Dano que não decorre de ato de improbidade administrativa – Prazo quinquenal

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Concurso público – Servidor público federal – Fortes indícios de fraude na prova – Amizade íntima entre as candidatas aprovadas e o integrante da banca examinadora – Irregularidade suficiente para gerar desconfiança quanto a licitude e probidade da seleção – Disparidade das notas das primeiras colocadas com os demais candidatos – Favorecimento – Processo administrativo declarando a nulidade do certame e determinando nova realização da prova

Ementário

- ◆ Administrativo
- ◆ Civil e Processual Civil
- ◆ Concurso Público

- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Penal e Processual Penal
- ◆ Previdenciário
- ◆ Processo Administrativo Disciplinar
- ◆ Responsabilidade Civil
- ◆ Servidor Público

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Administrativo
- ◆ Constitucional
- ◆ Concurso Público
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Servidor Público

Legislação Comentada

- ◆ Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 62)
Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação



Fórum Administrativo – FA

Belo Horizonte, ano 15, n. 171, maio 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ Concurso público: direito subjetivo à nomeação
D'Alembert Arrhenius Alves dos Santos
- ◆ A autonomia em relação ao Poder Executivo e a democratização das eleições para o cargo de procurador-geral do Estado: atributos característicos de uma função essencial à justiça
Flávia Faermann
- ◆ Transferência de veículo. Interpretação mitigada do artigo 134 do CTB visando a uma gestão eficiente e combate à judicialização
Geraldo Junio de Sá Ferreira
- ◆ O que distingue a greve dos servidores públicos civis dos servidores públicos militares na visão do e. Supremo Tribunal Federal. A recente decisão monocrática na Reclamação nº 17.915
Gina Copola
- ◆ Breves considerações sobre o princípio do constitucionalismo ao neoconstitucionalismo pós-positivista
Luiz Carlos da Rocha
- ◆ A acumulação remunerada de cargos públicos: a compatibilidade de horários e o poder normativo da Administração Pública
Maurine Morgan P. Oliveira
- ◆ Proibição e ética na gestão pública: a Lei nº 12.846/2013 e a importância do advogado público no combate à corrupção
Nilton C. A. Coutinho
- ◆ A ordem econômica e a intervenção estatal hodierna propulsora da mitigação da autonomia ou viabilizadora da justiça social
Nilton Kiyoshi Kurachi

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- ◆ Ajuda de custo e condições de percepção

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ **Supremo Tribunal Federal**

ADI – Lei ordinária – Estabelecimento de subteto aplicável aos servidores da Justiça desvinculado do subsídio mensal dos Desembargadores – Art. 37, XI e §12, CF/88 – Valor diferenciado e a menor – Tratamento gravoso aos servidores – Inconstitucionalidade

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Concurso público – Exame psicológico – Declaração do candidato não recomendado – Critérios subjetivos – Ausência de motivação do ato – Afastamento da nulidade pelo Tribunal estadual em razão da natureza especial do cargo – Atividade policial – Reforma do julgado – Necessidade de novo exame

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Previdenciário – Constitucional – Administrativo – SENAC – Entidades paraestatais – Sistema “S” – Enquadramento como entidade pública – Plano de previdência complementar – Paridade de contribuição – Art. 202, §3º, da CF/88 – Aplicabilidade

◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Ação civil pública – Bem tombado pelo IPHAN – Decreto-Lei nº 25/37 – Proprietário não identificado – Dever de conservação – Responsabilidade da União Federal – Ilegitimidade passiva do município

◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

Administrativo – Mandado de segurança – Servidor militar – Alteração de lotação ex officio – Dependente estudante – Ensino superior – Transferência obrigatória para estabelecimentos congêneres independente de vaga e exame seletivo – Possibilidade

◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Concurso público – Portador de deficiência física – Condições para realização da prova – Acessibilidade – Deferimento na inscrição – Descumprimento do edital pela Administração – Tratamento discriminatório a candidato deficiente visual – Danos morais

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Administrativo – Servidor público – Concurso de remoção – Desistência tácita de candidato classificado – Reclassificação de outro após o término do procedimento de remoção – Impossibilidade – Infringência a boa organização da Administração Pública

Ementário

- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Penal e Processual Penal
- ◆ Previdenciário
- ◆ Processo Administrativo Disciplinar
- ◆ Servidor Público

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Concurso Público
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Responsabilidade Civil
- ◆ Servidor

Legislação Comentada

- ◆ Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 62-A)
Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação